

ADITIVO AO TAC

ACP 0020523-82.2013.8.24.0018 Reparação dos Danos – Bacia do Lajeado São José

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000975-4

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ**, associação pública, CNPJ nº 05.871.732/0001-70, constituída pelos municípios de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu, Planalto Alegre e São Carlos, representada neste ato por seu presidente Glauber Burtet, e **MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.808/0001-82, avenida Getúlio Vargas, 957-S, neste ato representada pelo Prefeito João Rodrigues, doravante denominados *compromissários*;

CONSIDERANDO ter sido firmado TAC na data de 3 de agosto de 2020 com os compromissário Município de Chapecó, no Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000975-4, devidamente homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0020523-82.2013.8.24.0018;

CONSIDERANDO que naquela oportunidade o compromissário assumiu a obrigação de executar Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) da Bacia Hidrográfica do Lajeado São José, cujo projeto deveria ter sido protocolado até o dia 13 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO que durante a tramitação do Procedimento Administrativo 09.2020.00000975-4 verificou-se a dificuldade do Município de Chapecó em executar o projeto de recuperação da área, cujos prazos

concedidos pelo Ministério Público já estão vencidos;

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Iberê apresentou projeto para recuperação e proteção das áreas degradadas da Bacia do Lajeado São José, englobando o objeto deste acordo;

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal concordou com a proposta de o Município de Chapecó realizar o aporte em dinheiro e de disponibilizar servidores para auxiliar na execução das obras necessárias para recuperação e preservação da área;

CONSIDERANDO a proposta apresentada pelo Município de Chapecó - aceita pelo Consórcio Iberê - consistente em realizar o aporte de R\$ 220.000,00 oriundos do FMA ao Consórcio, para recuperação da área, e o fornecimento de servidores para execução das obras;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de aditamento do TAC firmado no Procedimento Administrativo 09.2020.00000975-4;

RESOLVEM formalizar **ADITAMENTO** ao compromisso de ajuste de conduta firmado, estabelecendo, para a sua efetividade, além da penalidade por eventual descumprimento anteriormente pactuada, a inclusão do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ**, neste ato representado por seu Presidente Glauber Burtet, como compromissária, e das obrigações a seguir previstas;

DA NOVA OBRIGAÇÃO

Cláusula 1ª - O Município de Chapecó compromete-se a repassar ao Consórcio Iberê a quantia de R\$ 220.000,00 do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 dias;

Parágrafo único – O Município de Chapecó deverá comprovar ao Ministério Público, no prazo acima, a transferência dos valores ao Consórcio

Iberê;

Cláusula 2ª - O Município compromete-se a disponibilizar servidores e equipamentos (máquinas, tratores, caminhões) para auxiliar na execução das obras necessárias, durante o período necessário para conclusão dos trabalhos;

Cláusula 3ª - O Consórcio Iberê compromete-se a executar o projeto de recuperação e preservação de nascentes e rios nas bacias contíguas da Região Hidrográfica RH-2, nos moldes apresentados nas p. 59–76 do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000975-4, no prazo de 12 meses, a contar da assinatura do presente acordo;

Parágrafo único. De comum acordo, as partes podem prorrogar o prazo de cumprimento desta cláusula.

Cláusula 4ª - As compromissárias comprometem-se a apresentar ao Ministério Público relatório trimestral sobre a evolução das obras;

Cláusula 5ª: Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, os compromissários ficarão sujeitos a multa diária de R\$ 500,00;

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados e deverão ser quitadas em 30 dias a contar da notificação;

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários do cumprimento das obrigações contraídas;

Parágrafo terceiro: O descumprimento das obrigações assumidas neste termo poderá ensejar também a execução específica das obrigações;

Cláusula 6ª: O presente aditivo não exime o Município das obrigações originárias decorrentes da sentença da Ação Civil Pública nº

0020523-82.2013.8.24.0018;

O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura. Por estarem compromissados, firmam este Aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam cientes de que este aditamento será submetido para homologação pelo juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó.

Chapecó, 30 de março de 2022

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

João Rodrigues
Prefeito Municipal

Jauro Sabino Von Ghelen
Procuradoria-Geral do Município

Glauber Burtet
Presidente do Consórcio Iberê

Patrícia Piasson
Consultora Jurídica

Kellen Cassaro
Assessora Administrativa